

IMPLANTANDO GRANDES INDÚSTRIAS NO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DE CASO DOS PROJETOS DA UTE DE SEPETIBA E DA THYSSENKRUPP CSA

Rodrigo Nuñez Viégas

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a relação de conflito e tensão estabelecida entre empresas que tentam se instalar em uma determinada localidade e as comunidades lá residentes, tendo como campo de disputa discursos sobre o meio ambiente, sobre as formas de utilização dos recursos materiais e humanos e suas consequências. Para tanto, um conjunto de lutas sociais envolvendo dois casos de conflitos relativos a projetos de implementação de atividade industrial - o “Projeto da Usina Ter-

melétrica (UTE) de Sepetiba”, no município de Itaguaí/RJ, e o “Projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA)”, no bairro de Santa Cruz, município do Rio de Janeiro/RJ - é aqui analisado como um momento no qual se encontram em jogo as condições e estratégias de apropriação, material e simbólica, de determinadas bases de recursos naturais pelos atores em meio ao conflito, cada qual com possibilidades diferenciadas sobre o mundo material e simbólico.

PALAVRAS - CHAVE

Projetos de instalação de grandes atividades industriais; luta material e simbólica; estratégias de atores em conflitos; Rio de Janeiro.

As questões ambientais integram o processo mais geral de surgimento de agendas tornadas públicas pela ação de indivíduos e grupos (Giddens 2000; Fuks 2001). Na esteira da construção de uma nova questão social, de uma nova questão pública, velhos problemas que não eram lidos como ambientais, passam a assumir essa conotação e a fazer parte de um discurso que integra um novo campo, o campo ambiental (Leite Lopes 2004). A publicização de tais questões vem sendo promovida por diversos setores da sociedade, associando-se a um processo de construção de risco e de enunciação de princípios de justiça expressos em denúncias junto a órgãos ambientais, defesa civil, polícia, prefeituras, Ministério Público etc.

Segundo denúncias registradas em órgãos ambientais do Estado, assim como no Ministério Público Estadual, certas áreas são objeto de uma concentração de práticas nocivas ao meio ambiente e à saúde humana. Os moradores dessas áreas convivem ao mesmo tempo com depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, baixos índices de arborização, riscos associados a enchentes, lixões, pedreiras, poluição industrial do ar e da água, destacando-se, no presente artigo, a poluição da baía de Sepetiba, em função da alta concentração de metais pesados, fruto do despejo de rejeitos das indústrias situadas no Distrito Industrial de Santa Cruz e em Itaguaí. A partir desse quadro, têm-se produzidos movimentos envolvidos na elaboração de pautas reivindicatórias frente à implementação de projetos tidos como potencialmente causadores de risco e perigo. Os principais atores desses movimentos contestatórios são associações de moradores residentes nos locais em questão, associações de pescadores e entidades ambientalistas.

O propósito deste estudo é discutir a questão ambiental numa perspectiva que considere o papel estruturante das representações e esquemas classificatórios na construção do mundo social. Para tanto, um conjunto de lutas sociais envolvendo dois casos de conflito relativos a projetos de implementação de atividade industrial - o “Projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba”, no município de Itaguaí/RJ, e o “Projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA)”, no bairro de Santa Cruz, município do Rio de Janeiro/RJ - é aqui analisado como um momento no qual se encontram em questão as condições e as estratégias de apropriação material e simbólica de determinadas bases de recursos naturais pelos atores em meio ao conflito, cada qual com possibilidades diferenciadas sobre o mundo material e simbólico. De uma maneira geral, objetivou-se aqui identificar as estratégias de ação empregadas pelas partes em litígio e pelo poder público dentro do jogo de disputas políticas, econômicas e sociais que têm como pano de fundo o meio ambiente da região da baía de Sepetiba, Rio de Janeiro.

A escolha por esses dois casos de conflito se deu levando em conta alguns elementos fundamentais: 1) a similaridade do tema em questão - ambos são “projetos de implementação de empreendimentos”, ou seja, não são indústrias já instaladas e em atividade produtiva, mas sim em diferentes estágios com vista a se instalarem, que encontraram resistência por parte de atores que se viram ameaçados com o risco a ser produzido em função das futuras atividades de tais empreendimentos¹; 2) a proximidade territorial - o município de Itaguaí e bairro de Santa Cruz, município do Rio de Janeiro, são territórios fronteiriços e ambos localizam-se na região da baía de Sepetiba; 3) os atores sociais que representam os movimentos contestatórios são basicamente os mesmos nos dois conflitos, formados por moradores, pescadores, ambientalistas etc. envolvidos em lutas na defesa da região da baía de Sepetiba.

Diante da proximidade cronológica entre o conflito envolvendo o Projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba - que teve seu desfecho no ano de 2002, quatro anos antes do início do Projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), que se encontra ainda em andamento, o que evoca uma memória recente - são investigadas as estratégias dos atores sociais contestadores com o intuito de demonstrar o uso de um “repertório de ações” (Tilly 1993), apreendidos do primeiro conflito, e sendo posto em prática no segundo. Nesse sentido, no trabalho de análise dos dois casos, busca-se, em específico, pesquisar se houve reconfiguração ou não de suas estratégias de ação.

Similar esforço de investigação é realizado com relação à TKCSA, no sentido de trazer para a análise o processo de aprendizagem que a mesma teve com a história do conflito envolvendo a UTE de Sepetiba e suas influências nas estratégias de ação da companhia.

A pesquisa foi produzida a partir de trabalho de campo realizado nos anos de 2006 e 2007. Como fontes primárias, foram realizadas entrevistas roteirizadas abrangendo diversos segmentos sociais partícipes das disputas: técnicos de órgãos públicos, como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente; representantes de organizações não-governamentais; representantes de associações de pescadores e moradores; e profissionais técnicos-científicos e/ou jurídicos envolvidos em questões de litígio ambiental.

Como fontes secundárias, foram usados documentos oficiais concernentes

¹ Cabe ressaltar, para fins de esclarecimento, que a argumentação teórica produzida sobre os projetos de implementação da UTE de Sepetiba e da TKCSA, refere-se aos dados colhidos e fatos observados até o final do ano de 2007, momento de encerramento da pesquisa de campo. Portanto, o estudo se detém a um período anterior a qualquer tipo de instalação efetiva das unidades industriais, estando as mesmas em diferentes estágios com vistas a se instalarem.

aos projetos: EIA/RIMA dos empreendimentos; processos no Ministério Público; pareceres técnicos de órgãos ambientais etc.; e material publicado em órgãos de imprensa local, regional e nacional.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira, são apresentados os dois casos de conflito objeto de pesquisa: os casos envolvendo o “Projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba” e o “Projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA)”. Nessa parte, conta-se com a descrição geral de ambos os empreendimentos, assim como com a caracterização física, política, social e econômica dos locais escolhidos para implantação dos mesmos.

Na segunda parte, evidenciam-se a descrição da atuação e as estratégias dos principais atores sociais envolvidos nos conflitos, separadas em quatro eixos temáticos: o processo de publicização - as Audiências Públicas; a ação do Ministério Público - emissão de pareceres técnicos; a posição dos órgãos ambientais, prefeituras e governo do Estado; e a reação da população - as manifestações públicas.

Na terceira parte, são apresentados a análise dos conflitos e os resultados principais da pesquisa. Nela, os objetivos da pesquisa são reafirmados e a abordagem metodológica é caracterizada. A conclusão, por sua vez, visa apresentar sinteticamente as principais reflexões deste trabalho.

DESCRIÇÃO GERAL DOS EMPREENDIMENTOS

O projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba consistiria na implantação de uma usina termelétrica para produção de energia elétrica, utilizando carvão mineral importado e com potência final líquida de 1250 Mw, conectada ao Sistema Interligado da Região Sudeste do Brasil. A usina seria uma planta de grande porte, cobrindo uma área de 48 hectares pertencente à Cia. Docas do Rio de Janeiro, na região do retroporto² entre o rio Caçã e o Canal do Martins (que desembocam na baía de Sepetiba), dentro do Complexo Portuário e Industrial de Sepetiba - município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro. De acordo com a licitação realizada pela ANEEL, eram responsáveis pelo empreendimento as empresas Inepar Energia S/A (com sede em Curitiba/PR), Enelpower do Brazil Ltda (multinacional italiana) e Eletrobrás. Com custo de 830 milhões de dólares, sua justificativa econômica era logística, pois o porto de Sepetiba receberia o carvão mineral importado destinado à térmica em um pátio da Cia. Siderúrgica Nacional, que opera com 50% de sua capacidade (Rosa; Costa 2001). Tomando como referência as dimensões tanto físicas quanto produtivas

² Área onde se armazena e administra os produtos (cargas) que chegam ao porto.

vas, a UTE de Sepetiba se tornaria uma das maiores plantas termoeletricas do pais. O projeto de tal usina se deu no periodo compreendido entre os anos de 1999 e 2002, respectivamente o ano de entrada com pedido de Licença Prévia junto a então FEE-MA³ e o ano de suspensão de tal licença.

Já o projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) - consórcio formado pelo grupo alemão ThyssenKrupp Steel (TKS) e pela brasileira Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) - prevê a construção de uma usina siderúrgica e um terminal portuário às margens da Baía de Sepetiba, que inclui a construção de uma Ponte de Acesso de 3,8 Km e um Píer de 700 m que será destinado ao recebimento de carvão importado. Esse carvão será o principal combustível do alto forno que produzirá o ferro-gusa. Segundo a empresa, os gases do alto-forno e da aciaria (que transforma o ferro-gusa em aço, ainda em estado líquido), assim como o vapor da coqueria serão transformados em energia elétrica numa usina termelétrica, que fará parte do processo siderúrgico e que alimentará a própria usina. Com implantação prevista para o Distrito Industrial de Santa Cruz, contando com financiamento do BNDES de R\$ 1,5 bilhão, a TKCSA pretende produzir placas de aço para a exportação – principalmente para Europa e América do Norte – e terá capacidade para produzir 4,8 milhões de toneladas de placas de aço por ano. O terreno destinado para o empreendimento terá uma área de 900 hectares (9 milhões de m²) e terá como limites a baía de Sepetiba, o canal de São Francisco, o canal do Guandu e a Avenida João XXIII. Orçada em cerca de R\$ 6,2 bilhões (US\$ 3,6 bilhões), duas obras serão necessárias para a implantação da usina e do terminal portuário: dragagem e aterro.

O projeto prevê a dragagem de 20 milhões de metros cúbicos do fundo da baía de Sepetiba e será utilizada para que o canal de acesso ao terminal portuário e a bacia de evolução (área de manobra das embarcações) alcancem a profundidade de 17 m. A dragagem também vai fornecer areia para o terreno onde será implantada a usina. Entretanto, esse material dragado está contaminado por metais pesados, o que exige uma solução por parte da companhia para que não haja a possibilidade de revolver e contaminar as águas da baía com esse material, que, até então, encontra-

³ FEEMA era o nome do órgão ambiental estadual à época, que hoje se denomina Instituto Estadual do Ambiente (INEA), instalado em 12 de janeiro de 2009, e que unifica a ação dos três órgãos ambientais vinculados à Secretaria de Estado do Ambiente (SEA): a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA), a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF).

-se sedimentado. A tecnologia escolhida pela companhia para resolver esse impasse foi a de CDF – *Confined Disposal Facility* (ADC – Área de Disposição Confinada), que consiste na construção de cavas no fundo da bacia de evolução onde será despejado o material dragado e, em seguida, coberto com argila (também retirada pelo processo de dragagem das camadas mais fundas da baía). Tal projeto teve seu início em meados de 2005, ano de entrada com pedido de Licença Prévia (LP) junto à FEEMA.

CARACTERÍSTICAS DOS LOCAIS ESCOLHIDOS PARA A IMPLANTAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS

O município de Itaguaí, local escolhido para implantação da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba, situa-se na região sul-fluminense, a 70 km do centro da capital do Estado do Rio de Janeiro. O mesmo compreende uma área de unidade territorial de 272 Km², com uma população estimada em 91.551 habitantes (IBGE 2007), possuindo os seguintes limites geográficos: ao norte, o município de Seropédica; ao sul, a Baía de Sepetiba; ao leste, a Baixada Fluminense; a oeste, Mangaratiba; e a nordeste, Rio Claro e Pirai.

Município sede do Porto de Sepetiba e vizinho da maior área industrial da capital (Santa Cruz), Itaguaí é considerado o município de maior potencial industrial da Região Metropolitana, localizando-se em um entorno geoeconômico dos mais importantes do país, o qual abrange as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Vitória. Tal município foi escolhido para sediar a ZPE (Zona de Processamento de Exportação) do Estado. Ou seja, um Distrito Industrial cercado e alfandegado, aberto às indústrias que se destinam ao mercado internacional, funcionando como uma área de livre comércio com o exterior. A região reúne empresas como a CSN II (Cia. Siderúrgica Nacional) e a NUCLEP (Central Nuclear de Equipamentos Pesados). Tais empresas e outras mais sediadas no município contam com o auxílio de uma lei municipal de Itaguaí, datada de 1993, que isenta, por dez anos, o pagamento de taxas de obra, Habite-se e IPTU para qualquer empresa que gerar mais de 30 empregados. Já o bairro de Santa Cruz, local escolhido para implantação da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), situa-se na zona oeste do Município do Rio de Janeiro. É um bairro com população estimada em 191.836 habitantes (IBGE 2007), distribuídas numa área de 12.504,43 Km², vizinho ao município de Itaguaí e aos bairros de Campo Grande, Paciência, Sepetiba e Guaratiba. O bairro ocupa a 119ª posição entre os 126 bairros e distritos do Rio de Janeiro no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município, possui uma população de baixa

renda⁴ e sofre de deficiências infraestruturais e falta de investimento em políticas públicas.

Cortado pela estrada de ferro Central do Brasil, o bairro de Santa Cruz possui uma paisagem bastante diversificada, com áreas rurais, comerciais e residenciais. Porém, o bairro destaca-se pela grande concentração de indústrias, o que faz do mesmo uma Zona Industrial. Nessa região, estão localizados dois importantes distritos industriais, o de Paciência e o de Palmares, onde se encontram, em pleno funcionamento, a Casa da Moeda do Brasil, a FCC S/A - Fábrica Carioca de Catalisadores, a COSIGUA (Companhia Siderúrgica da Guanabara), a VALESUL Alumínio S.A, a White Martins, a Glasurit, a Continac, a Latasa etc. Vale ressaltar que o Porto de Sepetiba, localizado em Itaguaí, foi concebido para escoar a carga da produção do Distrito Industrial de Santa Cruz.

Apesar de todos esses empreendimentos, que para muitos viriam a representar o verdadeiro elemento propulsor para o desenvolvimento econômico e social do município e do Estado do Rio de Janeiro em geral, proporcionando, entre outras vantagens, uma significativa expansão da oferta de empregos e aumento de qualidade de vida para população, vemos que, nas últimas décadas, tais distritos industriais vêm passando por uma sobreposição de agressões ambientais como: lançamento de poluentes no ar e na água; ausência ou precariedade do sistema de fornecimento do saneamento básico, levando conseqüentemente seu lançamento *in natura* em rios que deságuam na baía de Sepetiba; presença de sítios contaminados, remanescentes de fábricas desativadas, além dos sucessivos descartes de resíduos tóxicos em locais clandestinos.

OS PROJETOS E SEUS QUESTIONAMENTOS

O PROCESSO DE PUBLICIZAÇÃO: AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba tornou-se público numa audiência pública realizada no dia 11 de maio de 2001, no Teatro Municipal de Itaguaí, dando prosseguimento ao processo de licenciamento ambiental realizado junto à FEEMA. Tal audiência, entretanto, não contou com divulgação necessária, de modo que a sociedade local tivesse conhecimento de sua realização. A re-

⁴ A renda *per capita* da população do bairro de Santa Cruz é R\$ 206,23, em contraste com a renda do bairro da Gávea, primeira no ranking, de R\$ 2139,56. A renda domiciliar *per capita* média do 1º quinto mais pobre de Santa Cruz é de R\$ 27,62. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Censo Demográfico 2007.

duzida participação da população fez com que entidades civis organizadas locais⁵ se mobilizassem e enviassem ofícios a instituições públicas denunciando o fato. Junto à pauta de reivindicações, foram requeridas novas audiências públicas do modo como exige a legislação (Resolução CONAMA 01/86 e art. da Lei Estadual nº 1356/88).

Cerca de cinco anos depois da UTE de Sepetiba, o projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) trouxe um histórico bem diferente de publicidade. A falta de planejamento da primeira usina nesse âmbito em nada se compara à estratégia de visibilidade pública propositalmente adotada pela segunda. Isto porque a TKCSA contratou, logo de início, uma empresa de consultoria⁶ que ficou responsável pela divulgação e esclarecimento sobre seu projeto junto à população existente na área de influência da usina siderúrgica e do porto a serem construídos. Antes, durante e depois das três audiências públicas realizadas, essa empresa contratada promoveu reuniões em clubes, auditórios, sedes de associações de pescadores e moradores nos municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica, apresentando o projeto - um processo que recebeu o nome de “diálogo social”. Além disso, a empresa enviou cópias do seu EIA/RIMA, ainda no ano de 2005, a cada prefeitura dos municípios que faziam parte da área de influência da implantação da companhia: Rio de Janeiro, Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica.

As três audiências públicas realizadas pela TKCSA ocorreram na mesma semana de maio de 2006, cada uma em um local diferente: a primeira, em Santa Cruz, município do Rio de Janeiro; a segunda, no município de Itaguaí; e a terceira, no município de Mangaratiba. Fizeram parte da Mesa Diretora o Subsecretário da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE-RJ, que presidiu a mesa, representantes da FEEMA, da TKCSA e das empresas de consultoria – ERM e Ecologus – que elaboraram, respectivamente, os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e os Relatórios (RIMA) da usina siderúrgica e do terminal portuário da TKCSA⁷.

⁵ Comissão de Ética e Cidadania e a Associação dos Pescadores da Ilha da Madeira (APLIM).

⁶ Em seu site, tal consultoria afirma ser responsável por um trabalho de “diálogo social”, caracterizado pelo desenvolvimento de métodos e práticas de relacionamento com partes interessadas, que contempla desde procedimentos de mapeamento e identificação de percepções até técnicas de mediação de conflitos. Em sua relação de clientes, encontra-se, além da TKCSA, Baosteel CSV, Petrobrás, Veracel, Shell, Klabin, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, entre outros.

⁷ Maiores considerações acerca das audiências públicas serão tratadas mais adiante no texto.

Em período ulterior a realização das audiências públicas da TKCSA, foi encaminhado um documento de denúncia a um procurador da 2ª Regional do Ministério Público Federal, no dia 25 de maio de 2006, por um grupo de entidades da sociedade civil: a Colônia de Pescadores Z-14 da Pedra de Guaratiba, a Associação dos Barqueiros de Itacuruçá (ABIT) e o Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá (ONG-GDASI). As várias denúncias que constavam no documento foram minuciosamente descritas e separadas por tema, sob a forma de capítulos. No capítulo I, “a audiência”, o grupo acusava a companhia de estrategicamente ter realizado audiências de longa duração, em locais em que o transporte público cessava suas atividades bem antes do término das audiências, com o intuito de esvaziá-las. Na parte do que foi chamada de “sabatina dos empreendedores por parte da sociedade”, acusa-se a TKCSA de ter direcionado as perguntas que colocariam a empresa em situação difícil diante dos presentes para o fim da audiência, quando a mesma já se encontrava muito esvaziada. No capítulo II, “da censura”, acusa-se o presidente da mesa de agir de forma pouco democrática, dando mais direito de voz a perguntas, respostas e pareceres que enalteciam a presença da companhia. Além disso, alega-se que foi negada a leitura do parecer técnico elaborado pelo MPE que contestava o EIA da companhia por parte de um grupo da comunidade, desligando-se os microfones, bem como que houve intimidação física, por parte dos seguranças contratados, aos que tentaram fazê-la.

A AÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS

O Ministério Público Estadual realizou vistoria no local que abrigaria a Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba e emitiu seu parecer técnico em 21 de junho de 2001 (Procedimento Administrativo nº 05/2001). Neste, os técnicos chamaram a atenção para a possibilidade de dispersão de particulado de carvão na atmosfera por ação dos ventos provenientes do empilhamento e armazenamento, visto que, segundo o RIMA, o carvão seria armazenado a céu aberto. Tal dispersão poderia ocasionar, na flora, redução da atividade fotossintética, e, na fauna, acumulação de resíduos sobre a derme e sobre a saúde pulmonar das comunidades humanas, assim como possibilidades de aumento de contaminação da biota marinha dos arredores, promovendo uma perda da qualidade dos produtos da pesca (siris, peixes, camarões etc.). Em virtude da ação dos ventos sobre o carvão armazenado, afirmaram os técnicos que seu pó atingiria: a comunidade pesqueira da Ilha da Madeira; a comunidade existente às margens do rio Mazomba, situada a aproximadamente 500 metros do local da implantação do armazenamento; e o centro urbano de Itaguaí. Todos esses encontravam-se na área de influência direta do empreendimento.

Em função do resultado do exame do local, os peritos elencaram algumas exigências a serem cumpridas pelo empreendedor como requisitos para concessão de licença de instalação (LI) e para a concessão da licença de operação (LO). Para LI, exigiu-se, dentre outros requisitos, realização de nova audiência pública e construção de galpões para abrigar o carvão a ser utilizado na usina.

Assim como o projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba, o projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) também teve seu Estudo de Impacto Ambiental analisado por técnicos do Ministério Público Estadual. O EIA/RIMA da companhia chegou às mãos do MPE de Angra dos Reis por intermédio da prefeitura de Mangaratiba, que o enviou para esse ministério, pois não tinha condições técnicas de analisá-lo. Dessa forma, em 20 de dezembro de 2005, foi emitido parecer técnico pericial (Processo MPF-PRRJ 1.30.012.000035/2006-19) no qual foram questionados vários pontos do referido projeto. A análise dos peritos destacou vários desacordos em relação à proteção, preservação e conservação das Áreas de Preservação Permanente (APP), constatando-se problemas em relação às Faixas Marginais de Proteção (FMP) de rios, canais e brejos (áreas alagadas), bem como na proposição de supressão de manguezal.

No que tange à questão da dragagem e construção e operação do terminal portuário, ressalta-se que tais atividades implicam na criação de uma Zona de Exclusão de Pesca, a qual promoveria a redução de áreas disponíveis para pesca, fato que é considerado pelos peritos como importante para criação de uma proposta de “compensação pela exclusão da atividade pesqueira”. Destaca-se que não há propostas de medidas mitigadoras e compensatórias, conforme preconiza a legislação ambiental, problema considerado como essencial pelos técnicos, devendo, segundo eles, “ser obrigatoriamente complementado antes de qualquer liberação de LP - Licença Prévia”.

A POSIÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS, PREFEITURAS E DO GOVERNO ESTADO

Mesmo diante das primeiras contestações de entidades como a Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí, a APLIM, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (COMDERI) e um representante do legislativo em relação ao projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba, a Prefeitura Municipal de Itaguaí, juntamente com o governo do Estado do Rio de Janeiro – representado pelo Secretário de Meio Ambiente –, no dia 18 de maio de 2001, firmaram um “Protocolo de Intenções referente à implantação da Termelétrica de Sepetiba” com a Inepar Energia e a Enelpower. Esse documento foi destinado “a ser incorporado aos autos do processo licitatório, representando os verdadeiros anseios da sociedade organizada [...] para dotar

este município das condições necessárias ao desenvolvimento autossustentável em decorrência da instalação da Usina, evitando prejuízos à qualidade de vida do povo itaguaiense”.

Em uma reunião em que estiveram presentes representantes do Ministério Público, FEEMA, Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA), Secretaria do Estado da Indústria Naval e Energia e empreendedor, teve-se como pauta de discussão a avaliação dos quesitos⁸ apresentados pelo parecer técnico por ocasião da vistoria *in loco* por peritos do Ministério Público. A FEEMA, entretanto, de acordo com ofício enviado ao MP, em 21 de junho de 2001, julgou ser “desnecessário” o esclarecimento complementar dos quesitos, como foi solicitado. Ainda diante de tal solicitação, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente determinou, em 26 de junho de 2001, que a FEEMA expedisse a Licença Prévia para a implantação da Termelétrica de Sepetiba.

A Prefeitura de Itaguaí que, assim como Estado, tinha grande interesse na implantação da usina, solicitou à Câmara de Vereadores do município, em 02 de julho de 2001, uma convocação de sessão extraordinária no intuito de pôr em voga uma “ementa modificativa” no artigo 305 da Lei Orgânica Municipal. Tal artigo decreta que “a instalação e a operação de atividade efetiva e potencialmente causadora de alteração significativa no meio ambiente estarão condicionadas à aprovação, por plebiscito, mediante convocação pelo poder legislativo, inclusive por iniciativa de 5% do eleitorado nos termos do Art. 14º da Constituição Federal”. A busca pela modificação do artigo tinha a intenção de excluir a necessidade de plebiscito, de modo a condicionar a aprovação do tipo de atividade mencionada somente aos órgãos técnicos estaduais de meio ambiente. A modificação da ementa acrescentava também um parágrafo único que estabelecia que o projeto deveria ser submetido à Prefeitura, que manifestaria sua aprovação ou não por meio das Secretarias de Urbanismo e de Agricultura e Meio Ambiente.

O mesmo interesse da prefeitura de Itaguaí e do Estado do Rio pela implantação de um empreendimento como de uma usina termelétrica no seu território, em meados do ano de 2001, encontra-se presente na Prefeitura e Estado do Rio de Janeiro, no que tange à instalação da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) no distrito de Santa Cruz.

Para que a companhia se instalasse no Rio de Janeiro, o governo estadual abriu mão do equivalente a US\$ 150 milhões em ICMS da TKCSA. Segundo docu-

⁸ Os quesitos elaborados pelos técnicos do Ministério Público consistem em argüições pertinentes à matéria em causa, envolvendo questões técnicas a serem elucidadas pelos órgãos públicos competentes e a empresa envolvida.

mento da TKCSA, enviado à FEEMA, no dia 06 de abril de 2006, o terreno em que a companhia pretende instalar sua usina siderúrgica também foi adquirido do governo do Estado, mediante condição de que o próprio Estado providenciasse a realocação dos integrantes do Movimento Sem Terra (MST) que lá estavam instalados⁹.

Outro órgão ambiental, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR), em 10 de maio de 2006, se pronunciou somente no que tange ao processo de convocação e divulgação para a Audiência Pública (art. 2º da Deliberação CECA nº. 4.662/06 e art. 6º da Lei Estadual nº 1.356/88), manifestando o cumprimento do empreendedor em relação ao mesmo. O IBAMA não apresentou nenhum parecer técnico e nem se manifestou com relação ao projeto.

A REAÇÃO DA POPULAÇÃO: AS MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS

A Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí realizou, em 09 de junho de 2001, um primeiro seminário-protesto com o objetivo de informar segmentos ampliados da população do município sobre os impactos da usina termelétrica projetada para a região. Esse seminário trazia o tema “Cidadania e participação. Usina a carvão. Sim ou não? Por quê?”.

Após a obtenção de maiores informações sobre o projeto de uma termelétrica¹⁰ e a proposta de ementa modificativa da Lei Orgânica Municipal por parte de iniciativa do Prefeito, os integrantes da Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí iniciaram um movimento para o recolhimento de assinaturas para um abaixo-assinado com pedido para realização do plebiscito em relação à UTE de Sepetiba. No dia 05

⁹ O Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) foi responsável pela transferência de 74 famílias para áreas compradas pelo Governo Estadual no município de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. O processo de negociação foi longo e adverso. De um lado, havia a pressão do Governo para que a transferência fosse realizada o quanto antes; de outro, as famílias exigiam o reassentamento em outra área com dimensão e condições agrônômicas favoráveis ao desenvolvimento agrícola, bem como indenização pelas plantações e investimentos realizados no antigo acampamento. Depois de mais de um ano de negociações, o Governo adquiriu as áreas para o reassentamento e concordou com o pagamento da indenização, a ser realizado em parcelas.

¹⁰ Informações foram colhidas sobre o uso do carvão mineral por intermédio de um membro do legislativo local que, com assessoria independente de especialistas ligados a ONG internacional (Greenpeace), visitaram uma usina termelétrica a carvão em Capivari de Baixo (SC) e realizaram um vídeo na localidade. As informações obtidas e o vídeo gravado foram divulgados junto à população de Itaguaí, o que permitiu uma maior conscientização sobre o projeto, bem como suscitou novos questionamentos em relação ao empreendimento.

de julho de 2001, dia de comemoração oficial do aniversário da cidade de Itaguaí, foi realizado um protesto com cerca de 300 manifestantes, que trajavam roupas pretas e tinham os rostos pintados a carvão. Em suas mãos, traziam faixas e cartazes com os dizeres: “Termelétrica a Carvão Não”, “Usina a Carvão, Itaguaí vai virar Cubatão” etc.

Mais outras quatro manifestações públicas ocorreram em julho desse mesmo ano: no dia 09, manifestantes da Comissão ocuparam o plenário da Câmara Municipal de Itaguaí, na tentativa de impedir a modificação da Lei Orgânica; no dia 14, membros da Comissão e do Partido dos Trabalhadores (PT) de Itaguaí compareceram ao MPF de Volta Redonda para prestar declarações e se manifestar sobre a usina; no dia 17, a Comissão estabeleceu as bases de uma manifestação contra a usina em frente à sede da FEEMA, no município do Rio de Janeiro, pedindo o cancelamento da licença da termelétrica. Nessa ocasião, foi levado um grande mamulengo: uma caveira com capa e foice de cerca de 2 metros de altura, simbolizando a imagem da morte. No chão, os manifestantes empilharam sacos de carvão vegetal em frente da escadaria de entrada para instituição; e no dia 19, manifestantes, novamente trajando roupas pretas, mas agora com a boca amarrada, ocuparam outra vez o plenário da Câmara Municipal na segunda tentativa de reunião para modificação da Lei Orgânica. O ato das bocas amarradas realizado pelos manifestantes simbolizava o pouco caso da Câmara para com o abaixo-assinado enviado no dia anterior para esta última pelas entidades organizadas. Este abaixo-assinado reuniu 4.106 assinaturas, número que ultrapassava os 5% do eleitorado exigido pelo art. 305 da Lei Orgânica Municipal para requerer a convocação do plebiscito sobre a instalação da usina no município. Tal documento foi encaminhado também para o Ministério Público de Volta Redonda no mesmo dia 18.

No dia 30 de agosto de 2001, foi realizada ainda manifestação em frente à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), no centro do Rio de Janeiro. Os manifestantes, como no caso das manifestações anteriores, trajaram preto e levaram cartazes de protestos, panfletos explicativos para entregar aos transeuntes, assim como o mamulengo da caveira e o carvão.

A soma de todos esses acontecimentos fez com que as entidades contestadoras do projeto da Termelétrica apelassem judicialmente junto ao Ministério Público Estadual de Volta Redonda, através do ingresso de uma Ação Civil Pública (Processo nº: 2002.5101002120-1) em que se questionava a legalidade de LP (nº 056/2001) concedida pela CECA, em 02 de agosto de 2001. Outro apelo jurídico foi feito pela Associação dos Pescadores da Ilha da Madeira - APLIM, no dia 06 de agosto, ao ingressar com um mandato de segurança com pedido de liminar de efeito suspensivo da LP concedida à usina pela FEEMA, que determinava a realização de audiência pública de acordo com a legislação vigente. Tal pedido de liminar visava obrigar o poder executivo local a realizar o plebiscito de acordo com o art. 305 da Lei Orgânica.

Com o passar do tempo, e com apoio de entidades públicas e privadas como a ALERJ, o PT, o CREA-RJ e a COOPE/UFRJ (que, a pedido das entidades que ingressaram com a Ação Civil elaborou uma análise crítica do EIA do projeto da termelétrica, questionando vários aspectos energéticos, ambientais e tecnológicos), as manifestações foram encontrando novos aliados, como exemplo de um senador federal e até de um senador do Partido Verde na Itália, que fez uma interpelação formal ao seu governo solicitando informações sobre quais as iniciativas que o governo italiano pretendia adotar para impedir um desastre ambiental no Brasil, do qual participava uma multinacional italiana (Enelpower). Isso fez com que o conflito ganhasse maior visibilidade e chegasse ao conhecimento de deputados federais, do presidente do IBAMA e do Ministro do Meio Ambiente, por meio de audiências em que a Comissão realizou com os últimos, quando se apresentou e distribuiu cópias de um dossiê das irregularidades relativas à UTE de Sepetiba.

Após sucessivas denúncias e manifestações da Comissão de Ética e Cidadania, juntamente com outras entidades, o MPE se reuniu com o MPF, que concluiu que a supressão do art. 305 da Lei Orgânica do Município era inconstitucional. Em seguida, a 24ª Vara da Justiça Federal no Rio de Janeiro, em 15 de abril de 2002, expediu uma liminar que suspendeu o processo de licenciamento ambiental pela FEEMA para a instalação da UTE de Sepetiba, até que fosse realizado plebiscito no município de Itaguaí, como determina a legislação (Resolução CONAMA 01/86).

Mediante pareceres técnicos da COPPE/UFRJ e da FEEMA, juntamente com parecer da SEMADS, em 23 de julho de 2002, o empreendimento teve a licença de operação revista e anulada pela CECA. A SEMADS, no início de agosto de 2002, emitiu um parecer de sua assessoria jurídica que apresentou um resumo de todas as irregularidades do processo de licenciamento da usina e que veio a melhor fundamentar a anulação do licenciamento: apresentou o descumprimento de várias exigências legais no plano federal (a região de Itaguaí está compreendida em uma APP, a encosta da Mata Atlântica) e municipal (a autorização do município e a falta de realização de plebiscito).

As manifestações públicas contra o projeto da TKCSA, sob a forma de passeatas e protestos públicos, ocorreram em menor quantidade quando comparadas às manifestações contra a UTE de Sepetiba¹¹.

¹¹ Vale ressaltar que até o encerramento da pesquisa as manifestações públicas contra o projeto da TKCSA (especificamente passeatas e protestos públicos) ocorreram em menor quantidade quanto se comparadas às manifestações contra a UTE de Sepetiba. Nos dias de hoje, após a instalação e início das operações da TKCSA, tais tipos de manifestação tomaram grande vulto, principalmente em razão dos problemas ambientais que companhia vem causando.

As primeiras manifestações foram duas “barqueatas” pelas águas da baía realizadas em duas etapas do processo de instalação da companhia - uma primeira, no dia 07 de maio de 2006, pouco antes da realização das audiências públicas; e outra, em 25 de setembro de 2006. Nessas barqueatas, que foram seguidas de protestos na Ilha da Madeira, pescadores da região, juntamente com outras entidades civis, exigiam a realização mais detalhada de estudos do impacto ambiental e a adoção de medidas que afastem qualquer risco de uma nova catástrofe ambiental na baía de Sepetiba por parte da TKCSA¹². Tais entidades foram responsáveis também pela organização de pequenos atos de protesto repetidos a cada edição das Audiências Públicas na entrada dos locais de realização das últimas, ocasiões em que foram exibidas faixas com os dizeres: “Atenção moradores de Sepetiba: a TKCSA irá lançar toneladas de lixo químico na baía”.

O Fórum de Meio Ambiente foi responsável também pela organização de um protesto realizado em frente à sede do BNDES, no centro do município do Rio de Janeiro, no dia 28 de março de 2007, por ocasião do encontro de representantes dos grupos sociais atingidos pelo empreendimento com a diretoria do banco. Nesse protesto, os manifestantes levaram um carro de som, faixas e cartazes, bem como redes de pesca velhas e rasgadas por equipamentos e dragas da TKCSA, logo após esta ter dado início ao processo de dragagem da baía.

Esse encontro com a diretoria do BNDES, seguido do ato público, trouxe uma maior visibilidade para o movimento de contestação, uma vez que foram veiculadas matérias em alguns jornais relatando o ocorrido.

Outra forma de manifestação realizada pelo Fórum foi o envio de documentos de denúncia aos órgãos públicos. A primeira manifestação deste tipo se deu por conta do envio de um documento, no dia 15 de maio de 2006, à FEEMA, à Procuradoria Geral da República e ao Ministério Público Estadual de Angra dos Reis, Nova Iguaçu e o da cidade do Rio de Janeiro, em que se protestava contra o anúncio da TKCSA, ao final da terceira e última audiência pública, de que os representantes dos órgãos ambientais (FEEMA, CECA e SEMADUR) disponibilizariam o conteúdo das três Atas ao público interessado somente depois de ultrapassados 10 dias dessa audi-

¹² Estiveram presentes nesses protestos representantes de associações de pescadores, como a APLIM, a APAIM, a ABIT e a Colônia de Pescadores de Pedra de Guaratiba, assim como um novo protagonista na defesa da região de Sepetiba e zona oeste do Rio de Janeiro, que reúne remanescentes do conflito envolvendo a UTE de Sepetiba, como ambientalistas, membros do Sindicato dos Professores (SEPE) e da Comissão de Ética e Cidadania de Itaguaí, assim como outros grupos ecológicos e lideranças comunitárias: o Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Zona Oeste e da Baía de Sepetiba.

ência. A entidade argumentava na denúncia que tal iniciativa prejudicava a comunidade, pois a legislação em vigor (Resolução CONAMA 01/86 e Lei Estadual 1356/88) fixa o prazo de 10 dias úteis após as audiências para que a sociedade civil apresente seus comentários, críticas e sugestões aos órgãos ambientais sobre o EIA/RIMA aos órgãos ambientais. Sem a posse das Atas até o final deste período estipulado por lei, a comunidade interessada não teria direito de participação no processo, o que, segundo o Fórum, “desrespeita os princípios da Transparência e da Participação Popular previstos em processos de licenciamento de elevado risco e potencial poluidor como os projetados pela TKCSA”.

Em outro documento do Fórum, enviado novamente em 25 de maio de 2006 a FEEMA, à Procuradoria Geral da República e ao Ministério Público Estadual de Angra dos Reis, Nova Iguaçu e o da cidade do Rio de Janeiro, com adição de novos destinatários - a Ministra do Meio Ambiente, o Superintendente Regional e o Presidente do IBAMA -, elaborou-se uma grande coletânea das denúncias até então realizadas contra o projeto da TKCSA, abrangendo desde os primeiros questionamentos presentes na Ação Civil movida pela APLIM, passando pela denúncia da ABIT e outros junto a 2ª Regional do MPF, até o último documento elaborado pelo Fórum. Tais denúncias, bem como o material existente no MPE de Angra dos Reis (inclusive seu parecer técnico do EIA/RIMA da TKCSA), foram apensados a um processo já existente no Ministério Público Federal (PR/RJ nº 1.30.012.000035/2006-19), aberto em 10 de janeiro de 2006, em função do envio pela ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) do seu EIA/RIMA para este ministério.

ANÁLISE DOS CONFLITOS

PARCERIAS ENTRE CAPITAIS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

Ambos os projetos são exemplos de uma tendência que vem ocorrendo nos últimos anos de entrada de empresas e grupos multinacionais no Brasil por meio do estabelecimento de parcerias com empresas nacionais. No caso da UTE de Sepetiba, tal processo se deu mediante consórcio entre a Enelpower (multinacional italiana) e as empresas brasileiras Inepar Energia S/A e Eletrobrás; e, no caso da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico, por meio de consórcio entre o grupo industrial alemão ThyssenKrupp Steel (TKS), que possui 90% das ações da companhia, e a brasileira Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), donatária dos outros 10%. A intenção por parte dessas empresas estrangeiras de se instalarem no Brasil foi e é vista tanto por especialistas quanto pela população como uma estratégia de fugir das

restrições ambientais impostas pelos seus países de origem. De acordo com Rosa e Costa (2001), um dos autores do parecer técnico solicitado pelo MPE sobre o EIA/RIMA da UTE de Sepetiba:

A UTE teria emissões de óxidos de nitrogênio na faixa de 600-650 mg/m³, o que seria inferior ao limite de 700 mg/m³ recomendado pelo Banco Mundial. No entanto, na Itália, país sede da empresa responsável pela engenharia do projeto (Enelpower), o limite de emissão para novas usinas é de 200 mg/m³. Ou seja, se o projeto da UTE de Sepetiba fosse apresentado na Itália, não seria aprovado por não cumprir as normas de emissão do país.

Com relação à TKCSA, alega o entrevistado:

[...] um projeto como este (TKCSA) vem de empresas estrangeiras e geralmente são projetos obsoletos que são propostas de tecnologias que às vezes não são aceitas em lugar nenhum do mundo, mas como nós somos países periféricos, nós somos o quintal deles, aceitamos (membro do Fórum, setembro 2006).

Um interessante estudo realizado por Guedes (2003) faz uma avaliação crítica da dicotomia país de origem/país de operação no plano dos discursos e práticas ambientais de empresas transnacionais (ETN) no Brasil, chamando a atenção para a natureza retórica (como sugerido por Dryzek 1997 e George 1994) de afirmações das matrizes, presentes nos relatórios e políticas ambientais corporativos (referindo-se à “elevada preocupação ambiental”, à “implementação uniforme entre as subsidiárias” e ao “comprometimento além dos requerimentos legais” etc.) e que acabam por não serem integralmente traduzidos em práticas (isto é, formalizados) nas subsidiárias brasileiras. Em outras palavras, a preocupação ambiental das ETN não corresponde às ações, no sentido da integração total de questões ambientais na estratégia de negócio. A elevada preocupação ambiental, por meio de declarações retóricas ou mesmo pelo estabelecimento de políticas ambientais corporativas, não é seguida de ações ou mudanças de comportamento mediante a implementação das políticas da corporação. A autora cita, em particular, o caso da GlaxoSmithKline (GSK) – que possui sua sede mundial no Reino Unido e uma sede regional no Rio de Janeiro, Brasil – como sendo um exemplo de uma política ambiental corporativa ambiciosa e de práticas incipientes no que é uma unidade de negócios marginal na América do Sul.

As escolhas dos locais para implantação de seus projetos não ocorreram de forma aleatória. Tanto o projeto de construção de uma Usina Termelétrica a Carvão planejado pelo consórcio Enelpower, Inepar Energia S/A e Eletrobrás, quanto o projeto de construção de Usina Siderúrgica pela ThyssenKrupp e a Companhia Vale do Rio Doce intentaram se instalar em outros locais antes da região da baía de Sepetiba. Uma das razões que motivaram a escolha de outros locais para implantarem seus projetos foi, dentre outros fatores, a presença de resistência popular ou ainda a presença de uma atuação mais rigorosa por parte de órgãos ambientais.

Os empreendedores da Termelétrica a Carvão tinham como primeira opção o Estado do Paraná, onde já existia a sede da Inepar Energia S/A. Entretanto, em função da existência de uma série de usinas termelétricas no Sul do país que possuíam um histórico de agressões ambientais e que já vinham sofrendo pressão por parte da população e dos órgãos ambientais competentes, tal opção foi descartada. De acordo com Gomes, Ferreira, Albuquerque, Süffert (1998), dentre alguns dos problemas ocorridos na região sul, listam-se: projetos de gaseificação mal conduzidos (caso da já extinta CRN; da Indústria Cerâmica Catarinense; da Petrobrás etc.); problemas de controle de emissão de particulados provenientes de processos desordenados de combustão das usinas termoelétricas da CEEE, em Candiota; passivos ambientais como o da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) etc.

Já o projeto de construção de Usina Siderúrgica pela ThyssenKrupp e a Companhia Vale do Rio Doce foi o terceiro a anunciar o interesse em instalar uma unidade no Pólo Siderúrgico de São Luís, no Maranhão, juntamente com as multinacionais Baostel (China) e Pasço (Coréia do Sul). Tal notícia foi veiculada em vários jornais do estado ainda em meados de 2004. Porém, a construção desse Pólo Siderúrgico vinha sofrendo intensas contestações populares, nas quais participavam desde pescadores e agricultores que residem no local da planta industrial ou na zona de influência do pólo siderúrgico, até estudantes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Um dos grandes motivos dos protestos era que, para construção desse Pólo, seria preciso deslocar 14.400 pessoas, ou seja, 3.500 famílias de 12 comunidades (Sant'Ana Júnior; Silva 2010: 160). Este foi um fator importante para a mudança de escolha da TKCSA para o outro local que tinha em vista: o Distrito Industrial de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

Em todo esse processo de constante mobilidade que se instaura, a problemática ambiental e a problemática social, criadas pela flexibilização e internacionalização do capital, estão estreitamente ligadas, uma vez que, por um lado, as normas sociais e ambientais das localidades que cedem às pressões empresariais acabam por serem revogadas, adequadas, atenuadas ou burladas e, por outro, os movimentos sociais tendem a perder parte

de sua base de apoio, acusados que são de fazer exigências que dificultam a vinda de capitais com sua suposta dinamização da renda e do emprego. A abertura dos mercados permitiu, assim, aos capitais, atuarem diretamente como agentes políticos, buscando alterar, por sua influência, políticas ambientais, assim como trabalhistas, urbanísticas e outras. A mobilidade dos agentes econômicos que são mais móveis – no caso, as grandes empresas – acarreta como um de seus efeitos e com rapidez e facilidade paralisantes o desmonte do estado de bem-estar implantado ao longo de nada menos que cinco décadas (Bernstein 1988). A perspectiva de compromisso com a solidariedade coletiva que se cobrava dos detentores do capital – o dever social da contribuição distributiva – desvanece. Se aqui a instalação torna-se “inconveniente”, transfere-se a linha de produção para qualquer lugar do mundo, desde que o custo seja menor (Ahmad 2002)¹³. Se a forma de remuneração do trabalho for um sistema de quase escravidão, tanto melhor. O resultado de todo esse processo foi que, além de aumentarem as taxas de desemprego, ampliou-se a precarização das condições em que se dão as relações trabalhistas (Moretto e Pochmann 2002).

Segundo Boltanski e Chiapello (2002), o processo de flexibilização almeja proporcionar mais mobilidade às megaempresas. É justamente essa mobilidade que garante o lucro no capitalismo de economia informacional. A mobilidade¹⁴ de alguns atores é a causa da exclusão¹⁵ e, conseqüentemente, da pobreza daqueles atores que

¹³ Ahmad, lembrando a tendência constitutiva do capitalismo em transnacionalizar-se, chama a atenção para o descompasso entre a cada vez mais excessiva mobilidade do capital em contrapartida de uma cada vez mais “imobilidade relativa do trabalho”, isto é, de uma crescente localização do valor da remuneração da mão de obra. Enquanto o capital quer ser remunerado em qualquer país pelo índice mais elevado do planeta, o preço da mão de obra é determinado localmente. Este teórico, inclusive, chama a atenção para o conteúdo “altamente ideológico” do termo globalização, listando suas diversas acepções (Ahmad 2002: 111).

¹⁴ Por mobilidade, entenda-se a capacidade de deslocamento dentro da sociedade globalizada, o que só é possível para os que estão conectados em rede e que são suficientemente leves ou modulares para literalmente se transferirem para outros espaços físicos. Como exemplos, podem ser destacados os mercados financeiros, que estão no topo dessa pirâmide e as multinacionais (Boltanski e Chiapello 2002b: 13).

¹⁵ De acordo com Boltanski e Chiapello (2002b), por “exclusão” não se pode entender simplesmente “exploração”. Seria uma simplificação errônea do termo, pois o explorado, mesmo que de maneira precária, está conectado à rede. Querer compreender esse novo capitalismo à luz da “luta de classes” seria tentar ofuscar a realidade, pois o termo “excluído” engloba uma diversidade de atores. Na acepção do conceito, significa dizer “desconectado”. Socialmente, o termo “excluído” designa todos aqueles que são deixados à margem, sem representação de classe, enfim, dentro da lógica do novo capitalismo, uma população “sobrante”, pois não produz e não consome para e de ninguém.

não possuem essa mesma mobilidade. Podem ser esses atores os indivíduos, as nações, os fornecedores, os comerciantes, enfim, qualquer outro coletivo.

Se a mobilidade no mundo atual é sinônimo de lucro, os menos conectados são a razão da grandeza dos que conseguiram se globalizar. Isso se deve ao fato de que os menos conectados não têm o reconhecimento de sua importância no processo produtivo: não há uma divisão justa da riqueza. Sua contribuição na geração de valores acumulados não recebe a remuneração devida, porque, em inúmeras outras regiões do planeta, existem atores querendo se conectar e, para isso, fazem concessões cada vez mais vantajosas para as multinacionais, tornando os laços que os prendem à rede mais efêmeros.

Este instrumento de subordinação política próprio à acumulação em sua forma flexível – a mobilidade espacial dos capitais – é também tratado por Bauman (2000) em sua discussão sobre o processo de transformação do que ele denomina de modernidade sólida ou clássica para a modernidade líquida ou fluida. Segundo o autor, a primeira era marcada pela presença de um “capitalismo pesado” sendo este último obcecado por volume, tamanho e por fronteiras. Nesse estágio, o fordismo era a autoconsciência da sociedade, sendo o mesmo marcado pelo capital, administração e trabalho condenados a ficarem juntos por muito tempo, amarrados pela combinação de fábricas enormes, maquinaria pesada, força-de-trabalho maciça.

Já a presente versão liquefeita, fluida, dispersa, espalhada e desregulada da modernidade anuncia o advento do capitalismo leve e flutuante, marcado pelo desengajamento e enfraquecimento dos laços que prendem o capital ao trabalho. Se se manter juntos era uma questão de acordo recíproco e de mútua dependência, o desengajamento é unilateral: um dos lados da configuração adquiriu uma autonomia que talvez tenha desejado secretamente, mas que nunca havia manifestado seriamente antes. Numa medida nunca alcançada na realidade pelos senhores de outrora, o capital rompeu sua dependência em relação ao trabalho com uma nova liberdade de movimentos, impensados no passado.

Para autores como Harvey (1989) e Giddens (1990, 2000), a mobilidade espacial dos capitais é encarada como um fenômeno sociológico de compressão do espaço e tempo implícito ao processo de globalização. Harvey argumenta que a ordenação simbólica do espaço e do tempo gera o cenário para as experiências pelas quais aprendemos o que somos e onde estamos na sociedade. A organização do espaço define relações, não apenas entre atividades, coisas e conceitos, mas também entre pessoas. A liberdade do capital em mover-se por todo o mundo daria à burguesia internacional, sua proprietária, uma vantagem decisiva sobre a massa dos trabalhadores cujos movimentos são restritos através dos controles de migração e dos custos de mudança. Como o espaço, o tempo também representa uma fonte de

valor e poder. As empresas capitalistas calculariam os custos de produção em termos do tempo necessário para fazer as coisas, e o trabalho é submetido a uma constante pressão para reduzir o tempo de realizar uma determinada tarefa. Portanto, essa compressão do espaço e do tempo, possível pelas transformações tecnológicas do mundo contemporâneo, daria um poder crescente para o capital globalizado, em oposição aos trabalhadores, com menor poder de ação global, e em muitos casos aprisionados na localidade. A antinomia entre a ação global e reação local pode levar a resultados inesperados: para Harvey há indicações que a compressão do espaço-tempo tem estimulado o localismo e o nacionalismo mais intensamente que o internacionalismo.

A CHANTAGEM LOCACIONAL

O processo de enfraquecimento dos atores sociais menos móveis e de chantagem locacional dos capitais junto às agências políticas, ou seja, a pressão exercida pelas grandes corporações sobre os rumos da política econômica sob a ameaça que fazem de retirar do país os seus investimentos, foi um fator preponderante para que o estado do Rio de Janeiro, assim como as prefeituras do município de Itaguaí e do Rio de Janeiro manifestassem, desde o início, total apoio a ambos os projetos. Além de inúmeras isenções fiscais recebidas por esses empreendimentos por parte do governo do Estado, destaca-se o empenho da Prefeitura de Itaguaí, juntamente com a Câmara de Vereadores do município, para que fosse instalada a UTE de Sepetiba, empenho este que envolveu a firmação de um “Protocolo de Intenções referente à implantação da Termelétrica de Sepetiba” com a Inepar Energia e a Enelpower, bem como a manobra política de tentar pôr em voga uma “ementa modificativa” no artigo 305 da Lei Orgânica Municipal que exigia a realização de plebiscito junto à população quando em caso de possível instalação e operação de atividade efetiva e potencialmente causadora de alteração significativa no meio ambiente.

Outro fator relevante nesse processo de chantagem locacional diz respeito às promessas de geração de emprego junto às comunidades locais feitas pelos empreendedores de ambos os projetos. Tal tipo de chantagem é fortalecido especialmente em locais como o município de Itaguaí e o distrito industrial de Santa Cruz, onde a renda média da população é bastante abaixo da média das macro-regiões circundantes – Região Metropolitana –, onde existe um mercado de trabalho pequeno, altamente concentrado no setor terciário, com reduzida taxa de crescimento. A análise dos casos nesse tocante aponta para outro diferencial nas ações da TKCSA, quando comparadas as da UTE de Sepetiba.

O discurso sobre geração de emprego disseminado por ocasião do projeto de implantação da termelétrica a carvão prometia a geração de 4.600 vagas durante

a fase de construção do empreendimento e 300 vagas na fase de operação do empreendimento. Contudo, esse discurso foi sendo questionado a partir do momento em que população tomou consciência de que um projeto desse exige mão-de-obra especializada para seu processo de operação, mão-de-obra esta inexistente no local. Dessa forma, a contratação de pessoas da região dar-se-ia somente na fase de implantação da termelétrica, mas não na fase de operação. Em entrevista realizada em dezembro de 2002, um membro da Comissão de Ética e Cidadania salienta o fato:

O que é que essa usina ia trazer pra cá? Eles falam em “emprego”, “geração de renda”[...] mas pra quem? Só se for de mão-de-obra na construção [...] Depois? Só vem gente de fora! E só fica mesmo a poluição. E aqui já tem a Ingá, a CSN, a COSIGUA, a Casa da Moeda, a Suvinil, a usina de Santa Cruz.

O projeto da TKCSA tem como meta a contratação de cerca de 3.500 trabalhadores (2.300 diretos + 1.200 terceirizados). Dos 2.300 diretos, 1.500 a 1.700 serão da área operacional, que necessitam de treinamento técnico qualificado, específico para cada fase do processo desse tipo de siderurgia. Outros 500 ou 600 serão da área administrativa.

As promessas de geração de emprego por parte da TKCSA, entretanto, adquiriram uma nova roupagem ao prometer investimentos em capacitação e qualificação da mão-de-obra do local previsto para sua implantação. Afirmam os empreendedores, em ofício enviado no dia 06 de abril de 2006 para a FEEMA, que o projeto visa um processo de treinamento, realizado pelo SENAI, que vai adaptar seus cursos à necessidade de formação profissional da TKCSA e realizar divulgação e recrutamento na região de Santa Cruz e entorno. Essas informações foram divulgadas nas reuniões promovidas pela empresa de divulgação do projeto da TKCSA para as comunidades da área de influência da empresa.

Todavia, neste mesmo documento, salienta a companhia que “o compromisso da TKCSA é de dar prioridade à contratação de mão-de-obra local, mas não há como garantir as contratações uma vez que os aspectos técnicos (capacitação) obrigatoriamente terão que ser atendidos”. Alega-se ainda que “as pessoas treinadas e não aproveitadas nos quadros da TKCSA ficam com maior potencial de serem absorvidas pelo mercado da região”.

Mesmo adotando esta estratégia de comprometimento de geração de emprego local, ainda há muita relutância e questionamento por parte da população sobre essa questão. Alguns exemplos disso foram relatados nas entrevistas:

Quando uma empresa desse porte vai se instalar, ela gera emprego na fundação, a mão-de-obra operária. Depois de construída tem os técnicos, os engenheiros etc., e nós sabemos a realidade ainda da região: nós ainda não temos mão-de-obra qualificada. Eles

(a TKCSA) disseram que iam formar mão-de-obra no SENAI aqui da região para poder preparar a população. Eu não acredito nisso. A CSN, por exemplo, quando foi privatizada demitiu muita gente. Tem muita gente já com formação siderúrgica em Volta Redonda desempregado e boa parte dessa mão-de-obra vai vir para cá. E esse pessoal que trabalhará na construção vai ficar desempregado. Isso vai aumentar a favelização de Itaguaí, vai aumentar a criminalidade, porque o cara sem emprego, sem trabalho, sem renda para sustentar a família - e eles não costumam ter 1 filho, mas 5, 7, 8 filhos - vão ter que fazer coisa errada: roubar, assaltar (pescador e membro da Associação dos Barqueiros de Itacuruçá – ABIT, setembro 2006).

A relutância e o questionamento por parte da população em relação à promessa de comprometimento de geração de emprego local intensificaram-se quando, no primeiro trimestre de 2007, a TKCSA, com a concordância da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), anunciou um acordo assinado com a China que prevê, além da importação de equipamentos chineses, a importação de mão-de-obra chinesa para a construção de seu complexo siderúrgico.

Os representantes da siderúrgica alemã ThyssenKrupp e da estatal China International Trust & Investment Corporation (Citic) chegaram a um acordo com o Brasil, segundo informações confirmadas pela embaixada do Brasil em Pequim, sobre a quantidade de empregados chineses que será contratada: em vez de 3 mil, serão “importados” 600, a maioria engenheiros, dizem as empresas.

Entidades como a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT) e o Clube de Engenharia buscaram interceder junto ao Ministério do Trabalho e ao Presidente do Brasil no sentido de que não fossem concedidos vistos a trabalhadores estrangeiros para esta obra. Segundo os mesmos, o Brasil já tem capacidade de montar e produzir coqueiras e possui profissionais aptos para essas funções. Até agora houve muitos casos de importação de equipamentos pelo Brasil, por serem mais baratos, mas é a primeira vez em que haveria importação de mão-de-obra, o que revela um novo aspecto da concorrência asiática.

Vale a pena lembrar que, por ocasião da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, no ano de 1993, demitiram-se milhares de trabalhadores. Para cortar gastos, e assim aumentar o lucro, a empresa implantou uma política de demissão em massa, deixando uma multidão de desempregados que não conseguiu ser absorvida na dinâmica da cidade de Volta Redonda, que sempre girou em torno da siderúrgica. Nos anos de 1990, quando a empresa começou a colocar seu projeto de saneamento para preparar a privatização, trabalhavam na siderúrgica 23 mil operários. Hoje, a empresa conta com 11 mil funcionários, o que significa que mais da metade do contingente de trabalhadores da empresa foi colocada na rua (Gracioli 2000). Diante

desse fato, é inegável imaginar que não haja mão-de-obra especializada disponível aqui no Brasil para uso imediato da TKCSA no processo de construção de sua siderúrgica.

A questão a ser colocada aqui é: que mudanças essas empresas causaram no mundo do trabalho? Sennett (2002) enfatiza que o trabalho em equipe, flexibilidade, mudança, inovação, risco constituem o perfil das empresas que atualmente revolucionam o capitalismo. Em especial, no que tange a flexibilidade, “pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças em curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais” (Sennett 2002: 9).

Diante desses aspectos, podemos enunciar uma tipologia de trabalhadores no mundo do trabalho nestes tempos globalizados: os “conectados”, formados por trabalhadores que estão bem dotados de recursos que facilitam a mobilidade (mão-de-obra especializada, por exemplo); e os “desconectados”, com pouco ou quase nenhum recurso para acompanhar a dinâmica da mobilidade do capital, ficando presos ao território, fechados numa situação em que sofrem com a precariedade, quando não a exclusão¹⁶.

Cabe ressaltar que a condição de estar “conectado” não assegura a esse tipo de trabalhador um emprego de fato, mas sim lhe provê maiores oportunidades para obtenção desse emprego. Isso implica dizer que existe uma competição entre os “conectados”, que leva em conta os diferentes volumes de recursos (experiência, boa formação, títulos etc.) que são avaliados no mercado num regime de custo benefício: o melhor trabalhador pelo menor custo.

É sobre esse ponto de vista que se deve analisar o caso específico da decisão da TKCSA de recorrer à mão-de-obra especializada chinesa em detrimento da mão-de-obra especializada brasileira existente: o critério fica em função de preço, uma vez que a China dispõe de um enorme contingente de trabalhadores dotados de mão-de-obra especializada no campo da siderurgia passível de ser adquirida a

¹⁶ O termo exclusão aqui empregado vai ao encontro da acepção dada por Castel, que corresponde a processos de “desfiliação”, que desconectam indivíduos e grupos sociais das redes de sociabilidade e integração social articuladas ao trabalho. O trabalho, portanto, é mais que trabalho, pois em torno dele estruturam-se redes de relações que configuram formas de sociabilidade, referência de identidade e modos de reconhecimento público. Essa noção, desfiliação, é que permite apreender a dinâmica que desestabiliza relações sociais estruturadas e que afeta a todos, aí incluindo os que estão integrados nas formas regulares e estáveis de trabalho por conta do desemprego, da invalidação de suas competências diante das novas formas de gestão do trabalho engendrada por formas diversas no que hoje se convencionou chamar de flexibilização dos direitos e normas contratuais. (Castel 1998).

baixos custos. De acordo com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), nos últimos anos, a “explosão” da siderurgia na China foi de grandes proporções. Há 15 anos, a produção brasileira era semelhante à chinesa: 26 milhões de toneladas. Hoje, a do Brasil é de 34 milhões de toneladas, e a chinesa saltou para 300 milhões. No bojo desse salto chinês em sua produção siderúrgica, vários centros de formação, capacitação e assessoria foram construídos para atender à demanda de mão-de-obra especializada para esse setor, o que explica o grande contingente de trabalhadores especializados.

O processo de chantagem locacional pelo qual as grandes empresas passaram a procurar obter vantagens fiscais e regulatórias como condição necessária para a alocação de seus investimentos também pode ser visto em ambos os conflitos no tocante à atuação dos órgãos ambientais. Sob esse viés, destaca-se a pouca e por vezes omissa atuação dos mesmos diante das manifestações, denúncias e ofícios enviados por diversas entidades civis e até mesmo pelo Ministério Público. Um fato em especial chama a atenção nos dois projetos: a atuação da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA que, mesmo diante de pareceres técnicos emitidos pelo Ministério Público Estadual que questionavam veementemente diversos pontos dos EIA/RIMAs dos dois empreendimentos, levou, ao fim e ao cabo, o processo de licenciamento até a concessão de Licença Prévia para ambos. Esse tipo de atuação dos órgãos ambientais criou um sentimento de descrença, de descrédito por parte da população da região da baía de Sepetiba para com esses órgãos. Isso ficou evidente em diversas entrevistas:

A posição da FEEMA é clara e evidente: são comprados, vendidos. Aquilo é um balcão de venda de licença ambiental (morador de Itaguaí, membro da Associação de Moradores, Agricultores e Produtores da Raiz da Serra, agosto 2006).

Eu acho que tanto a FEEMA quanto o IBAMA não olham aquilo que eles teriam que olhar; eles olham talvez o que o Estado ou a prefeitura estejam interessados. E você sabe que as autoridades não têm preocupação com o setor ambiental. Aí se cria o órgão FEEMA. A FEEMA é para defender o meio ambiente, foi feita para isso, mas não faz. Ela está defendendo os interesses do Estado. Isso todos os dois (morador de Campo Grande, membro do Fórum e ex-membro da Comissão de Ética e Cidadania, agosto, 2006).

A MEMÓRIA DOS CONFLITOS E O REPERTÓRIO DE AÇÕES COLETIVAS

A proximidade cronológica do conflito envolvendo o Projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba, que teve seu desfecho quatro anos antes do início do

Projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), é um fator determinante para análise da forma com que os empreendedores da TKCSA deram início e prosseguimento aos seus projetos, bem como às manifestações dos atores contestadores.

Quando aqui é dada importância à cronologia dos conflitos, intenta-se resgatar outro importante elemento: a memória dos conflitos.

Resgatar o passado, rememorar, é uma operação intelectual que se complexifica, posto que implica sempre lembrar-se de algo que envolve outra ou várias pessoas. Para que se possa reconstruir e também datar um acontecimento, é preciso que o fato em si tenha importância não somente para o outro, mas para aquele que é convidado a rememorar. Neste sentido, a memória é um fenômeno construído coletiva e socialmente. O processo de construção de memórias pressupõe escolhas entre os fatos do passado que, por uma razão ou outra, um determinado grupo considera que devam ser lembrados/rememorados (Pollack 1992).

Em se tratando da memória dos atores contestadores, seria incorreto desenvolver um estudo que tratasse unicamente da memória trazida do conflito com a Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba como base para uma análise das ações desses mesmos atores frente à ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA). Dessa forma, teve-se sempre em mente que, juntamente com os fatos rememorados a partir do conflito com a UTE de Sepetiba, fatos importantes relativos a outros tipos de conflitos de um passado mais remoto também são rememorados. Diz-se isso, pois nunca é demais ressaltar que a região da baía de Sepetiba há décadas é palco de conflitos envolvendo grandes empresas ambientalmente agressoras, como a fábrica de zinco Companhia Mercantil e Industrial Ingá, a Casa da Moeda, o Grupo Gerdau, a Cosigua, a Látex Lengruber, a Metalúrgica AGT e Quimisa Galvanização, entre outras. Tal rememoração foi encontrada em uma série de entrevistas sobre a TKCSA e a UTE de Sepetiba, por exemplo:

Mas desta forma com que está se seguindo... sem chance nenhuma! Nós temos já um problema com relação a Ingá aqui na nossa região, temos um problema seríssimo com relação à zona industrial de Santa Cruz, que polui a nossa baía, fora o esgoto que vem da zona oeste. Basicamente o pescador hoje aqui da baía de Sepetiba vive do turismo, porque a pesca está muito baixa, está muito ruim, muito difícil. Há um preconceito com o pescado da baía de Sepetiba; o pessoal não compra o pescado daqui (morador de Itaguaí, membro da Associação de moradores, agricultores e produtores da Raiz da Serra, agosto 2006).

No entanto, mesmo tendo em vista a importância da memória de fatos conflitantes ocorridos na região, optou-se aqui por um recorte analítico específico levando

em conta alguns elementos fundamentais: (1) a similaridade do tema em questão: ambos são projetos de Implementação de empreendimentos que encontraram resistência por parte de atores que se viram ameaçados pelos mesmos; (2) ambos dizem respeito a conflitos radicados na região da baía de Sepetiba; (3) os atores sociais que representam os movimentos contestatórios são basicamente os mesmos nos dois conflitos.

Juntando a esses elementos supracitados a questão da proximidade cronológica do conflito envolvendo o Projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba e o conflito do Projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), pôde-se constatar o uso de um “repertório de ações” depreendidos do primeiro conflito e sendo posto em prática no segundo por parte dos atores contestadores.

Segundo Tilly (1993), repertórios são criações culturais aprendidas, mas elas não descendem de uma filosofia abstrata ou ganham forma como resultado de propaganda política: eles emergem da luta. Repertórios de ação coletiva designam não performances individuais, mas meios de interação entre pares ou grandes grupos de atores: um conjunto limitado de esquemas que são aprendidos, compartilhados e postos em prática através de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios funcionam como caixas de ferramentas (*tool kit*) às quais os agentes recorrem seletivamente, conforme suas necessidades de compreender certas situações e de definir linhas de ação.

A experiência do caso da UTE de Sepetiba deixou sua marca em toda a região da baía de Sepetiba. O município de Itaguaí foi palco de inúmeras passeatas e protestos contra a termelétrica a carvão que reuniram moradores tanto do próprio município quanto moradores de áreas vizinhas, como Pedra de Guaratiba, Santa Cruz e Campo Grande (bairros do município do Rio de Janeiro), bem como de municípios como Mangaratiba, Seropédica e Itacuruçá. A história desse conflito ficou escrita nas páginas das cartas de denúncia, nos ofícios dos órgãos ambientais estaduais e federais, nos documentos públicos da prefeitura, da Câmara de Vereadores, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal etc.

A demonstração mais evidente do uso de repertórios de ações nas estratégias de ação das entidades contestadoras do projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico foi a escolha do caminho judicial para dar início às contestações. Segundo um entrevistado que acompanhou o processo:

A iniciativa foi a seguinte: a APLIM, junto com o ambientalista X e com o advogado Y, entrou com uma Ação Civil Pública contestando a questão do CDF, mas não contestando a instalação da siderúrgica. Isso tinha uma conotação estratégica, porque se fosse contestar tudo de uma vez poderia ser que a Ação fosse indeferida logo de cara (pescador e membro da Associação dos Barqueiros de Itacuruçá – ABIT, setembro 2006).

Essa iniciativa contra o projeto da TKCSA de certa forma inverte a sequência de fatos referentes ao processo de contestação ao projeto da UTE de Sepetiba que, desencadeado pela falta de ampla convocação e divulgação de sua audiência pública, teve como primeiras iniciativas, por parte das entidades locais, o envio de ofícios para órgãos ambientais e ao poder executivo local, solicitando novas audiências públicas a fim de dirimir as dúvidas existentes. Tais iniciativas, todavia, de início, não obtiveram resposta alguma. Esse processo de contestação foi ganhando visibilidade através de sucessivas manifestações, passeatas-protesto e foram contando como apoio de uma série de atores (CREA/RJ, COPPE/UFRJ, Partido dos Trabalhadores, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – COMDER etc.) que fizeram com que, ao final do processo, se ingressasse com uma Ação Civil Pública junto ao Ministério Público Estadual, seguido de pedido de mandado de segurança, movido pela APLIM, com pedido de liminar de efeito suspensivo da Licença Prévia concedida à usina.

A busca por um apoio do Ministério Público, mediante denúncia, vem reforçar esse processo de contestação ao projeto da TKCSA no âmbito jurídico. Por mais que durante esse processo tenham sido enviadas várias denúncias para órgãos ambientais dos mais diversos, muita ênfase tem sido dada a uma estratégia jurídico-legal de luta contra o projeto da TKCSA. Como foi salientado anteriormente, as manifestações públicas contra o projeto da TKCSA, sob a forma de passeatas e protestos públicos, vêm ocorrendo em menor quantidade se comparadas às manifestações contra a UTE de Sepetiba. A busca pela institucionalização do conflito ambiental pela via jurídica por parte dos agentes contestadores da TKCSA de certa forma descende da escolha pela linha de ação utilizada na luta contra a UTE de Sepetiba que proporcionou o maior ganho para seus contestadores: a avaliação do MPE/MPF acerca da inconstitucionalidade da supressão do art. 305 da Lei Orgânica do Município; e a suspensão do processo de licenciamento ambiental pela FEEMA pelo juiz da 24^a Vara da Justiça Federal no Rio de Janeiro.

Segundo as palavras de um membro do Fórum de Meio Ambiente:

A primeira coisa que nós fazemos é essa. Nós sabemos que via institucional é o mais complicado, mas é o que mais funciona. Porque se você só vai protestar, vai para rua fazer passeata e faz denúncia no jornal não resolve. Nós temos, infelizmente, que ir também pelas vias institucionais. [...] Então, nós vamos procurar o MPE, o MPF; mandar ofícios pedindo esclarecimentos, contestando o modo como foi levado aquele projeto, de que forma ele chegou até nós; dizer que a população não foi consultada antes, foi só depois [...] Aí nós ficamos com aquela pendenga: marca audiência, nós temos que ir; aquilo que nós colocamos como um pedido de informação, vira um processo.

Daí você tem que acompanhar o processo; ele tem um número e você tem que estar acompanhando. O que nós temos feito por enquanto é isso, além da mobilização e da informação (setembro 2006).

O CONFLITO E A PERCEPÇÃO DE RISCO

A teoria culturalista dos riscos, formulada a partir da contribuição da antropóloga Mary Douglas e colegas (Douglas 1985; Douglas e Wildavsky 1982; Wildavsky 1991) caracteriza-se pela ênfase no caráter cultural de todas as definições de risco, o que leva à diluição das diferenças entre leigos e peritos junto com uma diferenciação de uma pluralidade de racionalidades dos atores sociais na forma de lidar com os riscos. Estudos que seguem tal perspectiva teórica sugerem que o risco somente adquire significado em oposição a outros elementos que intervêm na sua construção e a partir da sua relação com o contexto cultural. O mais importante, então, não seria o risco em si, mas sim as percepções da situação de risco, as quais envolvem interpretações, avaliações e julgamentos em dois níveis: o subjetivo e o intersubjetivo.

Essas reflexões conduziram a abordar a percepção do risco como pertencente a uma dimensão cultural simbólica. A percepção do risco, as ideias sobre prevenção e as ações empreendidas são considerados fenômenos culturalmente construídos e culturalmente interpretados.

O uso de um repertório simbólico de elementos a partir dos quais os atores contestadores da UTE de Sepetiba passaram a exprimir suas reivindicações durante os protestos, tais como o uso da imagem da caveira da morte, o ato de trajar roupas pretas, pintar os rostos com carvão e amarrarem suas próprias bocas, bem como a ação dos atores contestadores da TKCSA de estender enormes redes de pesca velhas rasgadas por equipamentos e dragas da TKCSA são exemplos dessa percepção de uma “situação de risco”.

A dimensão histórica da perspectiva cultural de risco de Wiedermann¹⁷, que

¹⁷ Para Wiedermann (1993), a percepção de risco é baseada principalmente em imagens e crenças. Em uma menor extensão, a percepção de risco tem raízes na experiência anterior como, por exemplo, acidentes que um motorista já teve, o conhecimento de desastres anteriores e a relação com informações ou facilidade sobre a probabilidade de um avião cair. Deve-se levar em conta que a percepção de risco é baseada em diferentes “backgrounds” de conhecimento. Nesse sentido, a percepção de risco é definida como sendo a habilidade de interpretar uma situação de potencial dano à saúde ou à vida da pessoa, ou de terceiros, baseada em experiências anteriores e sua extrapolação para um momento futuro. Esta habilidade varia de uma vaga opinião a uma firme convicção (Wiedermann 1993: 38-9).

procura levar em consideração as “experiências anteriores”, é altamente profícua quando trazida para análise dos conflitos envolvendo a UTE de Sepetiba e a TKCSA. Os atores contestadores de ambos os projetos demonstram que suas percepções de risco estão condicionadas às experiências de risco produzidas por ocasião de agressões ambientais já sofridas, fruto de certas atividades produtivas da região. É em razão de se encontrarem em um espaço territorial dinâmico de formulação de esquemas classificatórios, no qual ideias como “predatório”, “poluição”, “degradação” já foram colocadas anteriormente e lhes foram dadas sentido dentro de inúmeros casos de conflitos ambientais que os antecederam, que esses atores constroem sua percepção de risco à luz das imagens de risco trazidas pela experiência com a Ingá Mercantil, a Docas etc.

Vai se tirar a lama contaminada, que já vem da Ingá Mercantil e do próprio Porto de Sepetiba, e vai se enterrar dentro da baía, através do CDF. Eles já sabem que a própria DOCAS junto com a Vale do Rio Doce foram condenadas a tirar o material que colocaram no centro da baía. E eles (TKCSA) dizem que vão colocar, que é uma tecnologia diferenciada, vai aterrar tudo com argila. Mas qualquer leigo sabe que as correntes marítimas vão mexer com o fundo do mar, não resta dúvida nenhuma (pescador e membro da Associação dos Barqueiros de Itacuruçá – ABIT, novembro 2006).

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA TKCSA COM O CONFLITO ENVOLVENDO A UTE DE SEPETIBA

A história do conflito envolvendo a UTE de Sepetiba também influenciou as estratégias de ação da TKCSA.

O primeiro sinal dessa influência nas ações da TKCSA deu-se por conta da maneira com que a companhia conduziu seu processo de publicização, de visibilidade social. Ao invés de repetir o mal-sucedido exemplo de relações públicas da termelétrica a carvão, que realizou sua audiência pública sem a ampla divulgação necessária junto aos setores da sociedade, a TKCSA iniciou a divulgação de seu projeto muito antes da realização de suas audiências públicas. A companhia contratou uma empresa que ficou responsável pela apresentação do projeto e interlocução com toda a população residente nas áreas de influência da companhia, determinadas no EIA – Rio de Janeiro, Itaguaí, Magaratiba e Seropédica. Esta empresa promoveu um trabalho que eles mesmos denominaram “diálogo social” antes, durante e depois da realização das audiências públicas.

Anos antes da apresentação formal do projeto, essa empresa ficou responsável pelo levantamento de informações sobre a área, seu perfil socioeconômico e seu histórico de conflitos, dentre outras coisas. A partir daí começaram a estabelecer

contato com pessoas envolvidas com questões da região.

A companhia realizou suas três audiências em conformidade com as exigências legais. O modo com que foram executadas as audiências, entretanto, foi alvo de crítica e descontentamento. Alegações de manipulação na condução da audiência estiveram presentes tanto em denúncias formalizadas por grupos locais e dirigidas para órgãos públicos como no relato de todos os entrevistados.

Então, você via na primeira hora, na primeira hora e meia do questionamento, que as perguntas eram só perguntas daqueles que se interessavam pela implantação da TKC-SA: ‘quantos empregos vão gerar’ etc. A mesma pergunta era respondida 20 vezes com a delicadeza, com a maior naturalidade. Só que quando chegou 21h30 da noite, antes mesmo de muitas perguntas serem respondidas, muita gente [...] foi indo embora, indo embora. Aí só tinha meia dúzia de gatos pingados quando começaram a aparecer as perguntas mais contestadoras, em que a sociedade deveria estar presente para escutar e não escutou (pescador e membro da Associação dos Barqueiros de Itacuruçá – ABIT, outubro 2006).

Outro aspecto amplamente questionado por ocasião das entrevistas foi o uso de uma linguagem técnica, erudita, por parte dos representantes da companhia, na maioria das vezes, incompreensível para grande parte da população presente nas audiências.

A preocupação legal, por exigir o uso de uma linguagem acessível, encontra-se definida no que diz respeito à feita do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, do qual é exigido dos empreendedores do projeto a apresentação dos resultados obtidos com a análise dos estudos técnicos e científicos de avaliação de impacto ambiental que compõem o EIA, em linguagem objetiva e acessível à comunidade em geral. O Relatório de Impacto Ambiental – RIMA deve refletir as conclusões desse estudo com linguagem clara, de modo que se possam entender precisamente as possíveis consequências ambientais do empreendimento ou atividade e suas alternativas e também comparar suas vantagens e desvantagens (Resolução CONAMA 01/86).

Richardson; Sherman; Gismondi (1993) chamam atenção para o uso da linguagem, tomando como objeto os embates travados em processos de audiências públicas. Neste tipo de situação, os arranjos discursivos apresentados expõem, cada qual, uma dada compreensão do mundo, situando-se, por trás das variações da linguagem, diferenças de poder no interior do campo. De acordo com os autores, depoimentos de especialistas podem ser estrategicamente utilizados para persuasão ideológica, mistificando desigualdades sociais, na tentativa de ganhar o consentimento daqueles sobre os quais o poder é exercido. Na discussão ambiental, são recortes classificatórios que estão em jogo, estando aí incorporada, portanto, a dimensão cul-

tural, sem descuidar de campos nos quais se configuram outros elementos de poder. Discursos são construídos e reconstruídos no processo de (re) definição das relações e do próprio campo de forças.

Dentre os depoimentos, encontra-se sobre o assunto:

[...] mas quando a pergunta, que nós fizemos várias, tinha um caráter contestador em relação à empresa, eles respondiam aquilo de forma tão técnica e tão sisuda que acho que até engenheiro, biólogo tinham que parar para analisar a resposta que eles davam totalmente confusa, evasiva, e olhando para tua cara com cara feia. Era algo viciado mesmo, feito para não dar satisfação à sociedade do que estava sendo feito (pescador e membro da Associação dos Barqueiros de Itacuruçá – ABIT, setembro 2006).

E por isso nosso povo, mesmo que as lideranças se esclareçam e vão e reúnam essas pessoas para a TKCSA vir e apresentar o projeto, essas pessoas não entendem o que eles estão falando, é uma linguagem técnica (presidente da Associação dos Moradores do bairro Jardim América, Itaguaí e membro da Comissão de Ética e Cidadania, agosto 2006).

O uso de uma linguagem técnico-científica pode ser tomado com um exemplo de estratégia por parte da TKCSA de legitimar/afirmar suas proposições frente, principalmente, aos atores contestadores de seu projeto para, daí, dentro do campo de forças estabelecido no conflito, fortalecer sua posição dominante, uma vez que detém o maior volume de capital.

A noção de “poder simbólico” elaborado por Bourdieu (1989, 1994) para explicar essa forma de dominação parte da ideia de que todas as relações sociais são mediatizadas pela linguagem. A desigualdade nas condições de acesso à linguagem e ao controle das formas impostas da boa e bela linguagem constitui um dos fatores de discriminação mais importantes entre os que exercem e os que são submetidos ao poder simbólico – e ao poder em geral no que ele tem necessariamente de simbólico.

Dentro dos conflitos envolvendo recursos naturais, os dominantes no campo de disputa privilegiam estrategicamente a associação entre a problemática ambiental e uma realidade passível de ser contornada pela consagração de técnicas de menor impacto ambiental. Definido o elemento central em uma problemática ambiental, o grupo apresenta alternativas de seu domínio, embasadas na ciência, para contorná-lo, visando garantir, assim, que sua legitimidade/autoridade no discurso técnico-científico não seja abalada. A evolução discursiva permite, portanto, o fortalecer de uma ciência tecnicista, a principal arma dos representantes do “modelo desenvolvimentista” no campo ambiental. Em oposição, os dominados no campo,

ao abordarem a problemática ambiental, tentam exaltar uma ciência dotada de interesses, não neutra.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa propôs uma reflexão sobre uma das questões principais muitas vezes envolvidas na implantação de grandes empreendimentos industriais: a relação de conflito e tensão estabelecida entre as empresas e as comunidades residentes no território. Pesquisou-se o processo de construção das diferentes estratégias dos atores em meio ao conflito, cada qual com seus diferentes volumes de capitais materiais e simbólicos e, por conseguinte, com possibilidades diferenciadas sobre o mundo material e simbólico (acesso, uso, apropriação, distribuição e controle sobre os territórios e sobre o conjunto de recursos materiais e simbólicos).

No que diz respeito aos empreendimentos industriais, uma das principais intenções foi demonstrar os projetos da UTE de Sepetiba e da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) como exemplos do processo de entrada de empresas e grupos multinacionais no Brasil por meio do estabelecimento de parcerias com empresas nacionais, o que viria a ser uma estratégia de fugir das restrições ambientais impostas pelos seus países de origem. Além de constituir uma esquivada de leis ambientais mais rigorosas, essa mudança de local altera também a postura da atitude das empresas, pois a natureza retórica das afirmações das matrizes, presentes nos relatórios e políticas ambientais corporativas, acaba por não ser integralmente traduzida em práticas nas subsidiárias brasileiras.

A escolha dos locais para implantação de seus projetos ocorreu de forma a evitar a presença de resistência popular ou uma atuação mais rigorosa por parte de órgãos ambientais. Além disso, tais grandes empresas passaram a procurar obter vantagens fiscais e regulatórias como condição necessária para a alocação de seus investimentos, arguindo a sua capacidade de gerar empregos e receitas para os governos locais. O meio básico adotado é o do que tem sido chamado de chantagem locacional.

No caso específico da TKCSA, pretendeu-se demonstrar aqui que a história do conflito envolvendo a UTE de Sepetiba influenciou as estratégias de ação da TKCSA principalmente no seu processo de publicização, de visibilidade social, contando com a atuação de uma empresa contratada que ficou responsável pela apresentação do projeto e interlocução com toda a população residente nas áreas de influência da companhia, determinadas no EIA. Esta estratégia de recorrer a empresas especializadas no uso de metodologias de resolução de conflitos ambientais tem sido uma tô-

nica entre as grandes empresas internacionais e vem cada vez mais sendo utilizadas por grandes empresas como a Petrobrás, Votorantin etc. O grande objetivo dessas empresas é promover rapidez e efetividade de resultados; redução de desgaste emocional e de custo financeiro; redução de duração e reincidência dos litígios; facilitação da comunicação e promoção de ambientes cooperativos.

As audiências públicas da TKCSA foram realizadas em conformidade com as exigências legais, porém, a forma como foram conduzidas deu margem para que houvesse especulações de manipulação. Todas tiveram longa duração, o que provocou um esvaziamento do plenário antes do seu término. E as exposições dos representantes da companhia foram proferidas em linguagem muito técnica, de modo que foi incompreensível para grande parcela dos entrevistados que estiveram presentes.

No que tange aos atores contestadores, buscou-se aqui evidenciar o uso de repertórios de ações, depreendidas do conflito envolvendo a UTE de Sepetiba, sendo postas em práticas nas estratégias de ação das entidades contestadoras do projeto da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico. A demonstração mais evidente desta premissa foi a escolha pelo caminho judicial para dar início às contestações. Essa iniciativa contra o projeto da TKCSA inverteu a sequência de fatos referentes ao processo de contestação ao projeto da UTE de Sepetiba, que teve como primeiras iniciativas o envio de ofícios para órgãos ambientais e ao poder executivo local, concomitantemente com a realização de manifestações públicas de protesto.

As manifestações públicas contra o projeto da TKCSA, sob a forma de passeatas e protestos públicos, ocorreram em menor quantidade quando comparadas às manifestações contra a UTE de Sepetiba. A busca pela institucionalização do conflito ambiental pela via jurídica por parte dos agentes contestadores da TKCSA de certa forma descende da escolha pela linha de ação utilizada na luta contra a UTE de Sepetiba que proporcionou o maior ganho para seus contestadores.

É de suma importância ressaltar que os atores contestadores de ambos os projetos demonstraram que suas percepções de risco para com a instalação da UTE de Sepetiba e da TKCSA foram condicionadas pelas experiências de risco produzidas por ocasião de agressões ambientais já sofridas com atividades produtivas de indústrias da região, como a Ingá Mercantil, a Docas etc. Ideias como “predatório”, “poluição”, “degradação” já foram colocadas anteriormente e lhes foram dadas sentido. Movidos por essas experiências pregressas, tais atores se empenharam contra os projetos de instalação de empreendimentos aqui analisados, no anseio de evitar que tais indústrias se instalem na região.

No tocante às estratégias dos órgãos ambientais, destacou-se a pouca e por vezes omissa atuação dos mesmos diante das manifestações, denúncias e ofícios enviados por diversas entidades civis e até mesmo pelo Ministério Público em ambos

os casos de conflito. O resultado disso foi o crescimento de um sentimento de descrença dos moradores e pescadores da baía de Sepetiba para com os órgãos públicos, muitas vezes vistos pelos entrevistados como “inoperantes” e “corruptos”. De certo, esse sentimento tem crescido bastante nos dias de hoje e associa-se a um problema estrutural de enfraquecimento das capacidades de controle ambiental por parte das agências públicas – a insuficiência das atividades de fiscalização e de vistoria dos empreendimentos licenciados (Achselrad, 2004: 8) – o que acaba por reforçar mais uma vez a escolha pela via judicial por parte dos atores contestadores.

Finalmente, ressalta-se que o estudo da dinâmica conflitual envolvendo os projetos da UTE de Sepetiba e da TKCSA aqui realizado constituiu um esforço pontual na busca por uma caracterização das lutas políticas que têm como pano de fundo o meio ambiente da região da baía de Sepetiba, que, como pudemos ver anteriormente, vem sofrendo ao longo de décadas inúmeras agressões ambientais que, gradativamente, vem destruindo um dos ecossistemas mais ricos do Estado do Rio de Janeiro e contribuindo substancialmente para a diminuição da qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHSELRAD, Henri. 2004. “De ‘bota-foras’ e ‘zonas de sacrifício’ – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro”. In: H. Achselrad (org.). Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: 7-18.
- AHMAD, Aijaz. 2002. Linhagens do presente. São Paulo: Boitempo.
- BAUMAN, Zygmunt. 2000. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BERNSTEIN, Serge. 1988. “A Cultura Política”. In: J.P. Rioux; J.F. Sirinelli (orgs.). Para uma história cultural. Lisboa: Estampa.
- BOLTANSKI, Luc.; CHIAPELLO, Ève. 2002. El nuevo espíritu del capitalismo. Madrid: Akal.
- _____. 2002b. “A mobilidade que exclui”. BOLETIM. CEPAT INFORMA, ano 8, n. 92: 13-31.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. 1994. Raison Pratique. Paris: Éditions du Seuil.
- BRASIL. 1986. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de fevereiro de 1986, Seção 1: 2548-2549.
- CASTEL, Robert. 1998. As metamorfoses da questão social. Petrópolis: Vozes.
- CIC - Centro para Inovação e Competitividade. Disponível em: <www.cic.org.br>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2007.
- DOUGLAS, Mary. 1985. Risk acceptability according to the Social Sciences. Russell New York: Sage Foundation.
- DOUGLAS, Mary & WILDAVSKY, Aaron. 1982. Risk And Culture: An essay on the selection of

- technical and environmental dangers. Berkeley: University of California Press.
- DRYZEK, John. 1997. *The Politics of the Earth: Environmental discourses*. New York: Oxford University Press.
- FUKS, Mario. 2001. *Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- GEORGE, Jim. 1994. *Discourses of Global Politics: A Critical (Re)Introduction of International Relations*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- GIDDENS, Anthony. 1990. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- _____. *Mundo em descontrolo*. 2000. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- GOMES, Aramis; FERREIRA, José; ALBUQUERQUE, Luiz; SÜFFERT, Telmo. 1998. “Carvão fóssil”. *Estudos Avançados*, v. 12, n. 33: 89-106.
- GRACIOLLI, Edilson. 2000. “Fundo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: uma experiência de pesquisa”. *Cad. AEL*, v. 7, n. 12/13: 49-71.
- GUEDES, Ana Lúcia. 2003. “Empresas transnacionais e questões ambientais: a abordagem do realismo crítico”. *Revista de Sociologia e Política*, n.20: 25-42.
- GUERRA, Antônio José Teixeira; GUERRA, Antônio Teixeira. 2005. *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HARVEY, David. 1989. *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Basil Blackwell.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA/IBGE. 2007. *Censo Demográfico 2007*.
- LEITE LOPES, José Sérgio. 2004. “A ambientalização dos conflitos em Volta Redonda”. In: H. Acelrad (org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: 217-243.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Volta Redonda. Ação Civil Pública nº 2002.5101002120-1. Disponível em: <<http://www.mp.rj.gov.br>>.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. Inquérito Civil nº 1.30.012.000035/2006-19. Disponível em: <<http://www.pgr.mpf.gov.br/>>.
- MORETTO, Amilton; POCHMANN, Marcio. 2002. “Reforma Trabalhista: a experiência internacional e o caso brasileiro”. *Cadernos Adenauer*, v.3, n. 2: 70-73.
- POLLACK, Michael. 1992. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, v.5, n.10: 200-212.
- RICHARDSON, Mary; SHERMAN, Joan; GISMONDI, Michael. 1993. *Winning Back the Words: Confronting Experts in an Environmental Public Hearing*. Toronto: Garamond.
- RIO DE JANEIRO. 1988. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Lei nº 1356, de 03 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br>>.
- _____. 2006. Deliberação CECA nº 4.662, de 07 de abril de 2006. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/sea>>.
- ROSA, Luis Pinguelli; COSTA, Márcio. 2001. “UTE de Sepetiba – Avaliação Preliminar sobre o

- empreendimento”. Parecer técnico. COPPE/UFRJ.
- SANT’ANA JÚNIOR, H. A.; SILVA, Sislene Costa da. 2010. “Conflitos Sócio-Ambientais e Estratégias de Defesa do Território”. Revista Pós Ciências Sociais, v.7, n.13: 159 -172.
- SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE. Comissão Estadual de Controle Ambiental. Licença Prévia nº 056/2001, de 02 de agosto de 2001. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/sea>>.
- SENNETT, Richard. 2002. A corrosão do caráter. Rio de Janeiro: Record.
- TILLY, Charles. 1993. “Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834”. Social Science History, v.17, n. 2: 253-280.
- WIEDERMANN, Peter. 1993. Introduction risk perception and communication, Arbeiten Zur Risiko Kommunikation. Heft 38 Jülich - April (mimeo).
- WILDAVSKY, Aaron. 1991. “Public Policy”. In: Bernard D. Davis (org.). The Genetic Revolution: Scientific Prospects And Public Perceptions. Baltimore: The Johns Hopkins University Press: 47-59.

ABSTRACT

The present paper aims to ponder about the relation of conflict and tension between companies that intent to set up their industrial plants in certain locations and communities that live in those locations. It creates a scenario of dispute where figure discourses about the environment and likewise about the manners of use of material and human resources and its consequences. Here, a set of social struggles evolving two cases of conflict in regards to the setting up of new industrial

projects (the Sepetiba's Thermoelectrical Plant Project, in the municipal district of Itaguaí, Rio de Janeiro, and the TKCSA's Steel Metallurgy Plant Project, in Santa Cruz, a neighborhood of the municipal district of Rio de Janeiro) is analyzed as a moment in which conditions of material and symbolical appropriations of certain natural resources by the actors in conflict are in play, each one with differentiated possibilities over the material and symbolic world.

KEYWORDS

Projects for installation of new large industrial facilities; material and symbolical struggles; strategies of actors involved in conflicts; Rio de Janeiro.

SUBMETIDO EM

Janeiro de 2011

APROVADO EM

Fevereiro de 2012

Rodrigo Nuñez Viégas

Sociólogo. Mestre em Sociologia e Antropologia (UFRJ) e Doutorando em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ).